



**RELATÓRIO SINTÉTICO**  
**DE INDICADORES FISCAIS DA BAHIA**  
**2º Quadrimestre de 2021**

**Outubro de 2021**



## Resumo conclusivo

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo, divulgado pelo Tesouro Nacional, no 2º quadrimestre de 2021, o estado da Bahia registrou aumento de 3,5% na Despesa Total com Pessoal (DTP), enquanto a Receita Corrente Líquida (RCL) cresceu 16,9%, ambas em comparação com o 2º quadrimestre de 2020. Com isso, a relação DTP/RCL ficou em 36,9%, ou seja, abaixo do observado no mesmo quadrimestre de 2020. A relação DTP/RCL no 2º quadrimestre de 2021 indica que a despesa de pessoal está abaixo do limite prudencial que é de 46,17%. Os dados apresentados neste relatório referem-se sempre ao acumulado nos 12 meses anteriores ao último mês de cada quadrimestre. Assim, os dados do 2º quadrimestre de 2021 correspondem ao período de setembro de 2020 a agosto de 2021.

## Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece parâmetros para a construção e execução do orçamento público, tendo dois principais pontos: os limites de gastos com pessoal e o monitoramento das despesas do orçamento. Os limites da despesa com pessoal, previstos na LRF para cada poder (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) e ente federativo (União, estados e municípios), são dados pela relação percentual entre a Despesa Total com Pessoal (DTP) e a Receita Corrente Líquida (RCL).

A **Receita Corrente Líquida (RCL)** é determinada da seguinte maneira:

(Receita Tributária + Receita de Contribuições + Receita Patrimonial + Receita Agropecuária + Receita Industrial + Receita de Serviços + Transferências Correntes + Outras Receitas Correntes) – (Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência + Compensação Financeira entre Regimes de Previdência + Dedução de Receita para Formação do FUNDEB).

Já a **Despesa Total com Pessoal (DTP)** considera a Despesa Líquida com o Pessoal liquidada no exercício e as inscritas em restos a pagar. A **Despesa Líquida com Pessoal (DLP)** é determinada da seguinte maneira:

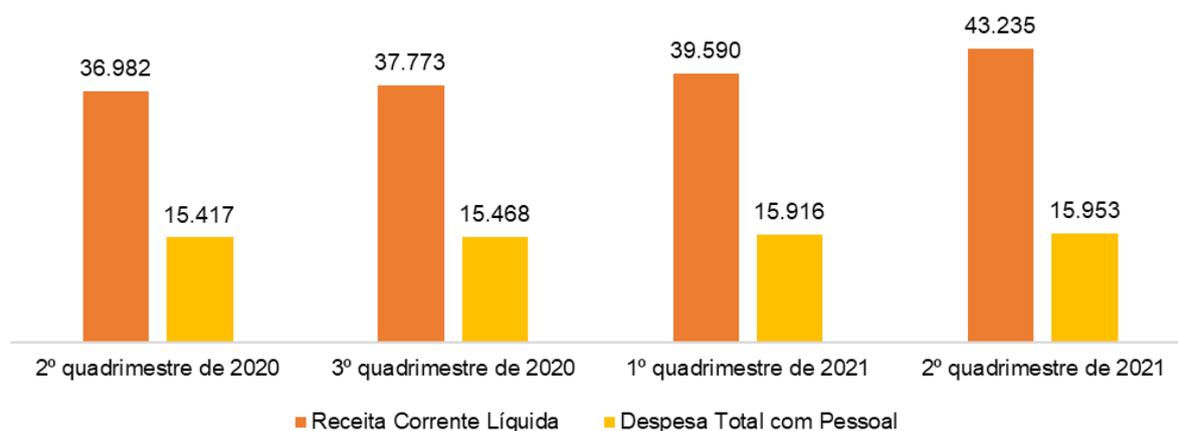
(Despesa com Pessoal Ativo + Despesa Com Pessoal Inativo e Pensionistas + Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização) – (Despesas com Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária + Despesas decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração + Despesas de Exercícios Anteriores ao de período anterior ao da apuração + despesas com inativos e pensionistas com recursos vinculados).

## Receitas e Despesas

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) publicado pelo governo do estado da Bahia, no 2º quadrimestre de 2021, a Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo ficou próxima de R\$ 15,95 bilhões, no acumulado dos últimos 12 meses. Este valor representa um aumento nominal de cerca de R\$ 536 milhões, o que corresponde a um crescimento de 3,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em relação ao acumulado no quadrimestre imediatamente anterior (1º quadrimestre de 2021), o crescimento foi de 0,2%, que equivale a um acréscimo de R\$ 37 milhões (Gráfico 1).

No 2º quadrimestre de 2021, a Receita Corrente Líquida ajustada (RCL) somou pouco mais de R\$ 43,23 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2020, significa um crescimento de 16,9%, ou R\$ 6,25 bilhões a mais. Em comparação com o acumulado no quadrimestre imediatamente anterior, houve aumento 9,2% ou cerca de R\$ 3,64bilhão.

**Gráfico 1**  
**Receita Corrente Líquida ajustada e Despesa Total com Pessoal (R\$ milhões)**  
**Bahia, 2º quadrimestre de 2020 a 2º quadrimestre de 2021 (acumulado em 12 meses)**



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal

## Despesa Total com Pessoal (DTP)

A Despesa Bruta com Pessoal (DBP) aumentou 4,9%, ficando em R\$ 20,3 bilhões nos últimos 12 meses terminados no 2º quadrimestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os gastos com o Pessoal Ativo cresceram 2,9%, que correspondem a um crescimento de R\$ 353 milhões. Em relação ao Pessoal Inativo, houve acréscimo de 8,1%, que corresponde a um acréscimo de R\$ 579 milhões no período (Tabela 1).

Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior (1º quadrimestre de 2021), a Despesa Bruta com Pessoal apresentou aumento de 1,9%, acréscimo nominal de cerca de R\$ 369 milhões. Os gastos com Pessoal Ativo aumentaram 1,9%, enquanto as despesas com Pessoal Inativo aumentaram 1,7%

No 2º quadrimestre de 2021, Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) registraram variação de 27,0% em relação ao mesmo período do ano passado, o que corresponde a mais R\$ 23 milhões no período.

A Despesa Total com Pessoal (DTP), utilizada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, aumentou 3,5% em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado e 0,2% em relação ao quadrimestre imediatamente anterior. Em valores nominais, esses aumentos correspondem a um acréscimo de R\$ 536 milhões e R\$ 37 milhões, respectivamente. Em 12 meses, a DTP somou R\$ 15,95 bilhões.

**Tabela 1**  
**Despesa Total com Pessoal (R\$ milhões)**  
**Bahia, 2º quadrimestre de 2020 a 2º quadrimestre de 2021 (acumulado em 12 meses)**

Despesas	2º quadrimestre de 2020	3º quadrimestre de 2020	1º quadrimestre de 2021	2º quadrimestre de 2021
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>19.327</b>	<b>19.526</b>	<b>19.913</b>	<b>20.283</b>
Pessoal Ativo	12.063	12.033	12.190	12.417
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.180	7.438	7.630	7.759
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	85	84	93	108
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>3.911</b>	<b>4.059</b>	<b>3.998</b>	<b>4.331</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9	5	2	2
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	239	598	623	734
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	29	138	98	65
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.634	3.318	3.275	3.530
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>15.416</b>	<b>15.467</b>	<b>15.915</b>	<b>15.952</b>
Restos a Pagar	1	1	1	1
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)</b>	<b>15.417</b>	<b>15.468</b>	<b>15.916</b>	<b>15.953</b>

Fonte: SICONFI. RGF. Anexo 1

### 3.1 Despesas Liquidadas por função

As Despesas (exceto intra-orçamentárias) liquidadas no 2º quadrimestre de 2021, no estado da Bahia, somaram R\$ 45,86 bilhões, no acumulado dos últimos 12 meses. No período, cresceram 2,9% (cerca de R\$ 1,3 bilhão), em relação ao mesmo período do ano anterior. As funções com o maior aumento foram Comunicações (42,9%), Transporte (27,0%), Agricultura (13,4%) e Saúde (12,4%). As maiores quedas foram Organização agrária (-45,9%), Energia (-27,8%), Habitação (-25,4%) e Desporto e Lazer (-21,5%). Dentre as funções que mais tiveram aumento nas despesas, somente Saúde possui forte participação na composição das despesas. Enquanto dentre as que tiveram maior redução, não há uma que tenha forte participação na composição das despesas do estado. Juntas, essas 4 funções listadas somaram apenas 0,5% do total de despesas no 2º quadrimestre de 2021 (Tabela 2).

Entre as funções com maior volume de recursos, as despesas com Encargos Especiais, que concentra 22,8% das despesas líquidas no estado no 2º quadrimestre de 2021, cresceu 8,3% em relação ao 2º quadrimestre de 2020. Em seguida, aparece Previdência Social, responsável por 18,8% e que cresceu 4,2%. A Saúde, responsável por 17,5% do total de despesas liquidadas no período e que registrou crescimento de 12,4% no quadrimestre. A Educação respondeu por 11,0% das despesas liquidadas e teve redução de 1,3% no período. A Segurança Pública, por sua vez, correspondeu a 8,7% do total de despesas liquidadas, mas registrou diminuição de 8,9% em relação ao gasto do mesmo quadrimestre do ano passado. A função Encargos Especiais, engloba, por exemplo, despesas com refinanciamento e serviço das dívidas interna e externa.

Já as Despesas intra-orçamentárias liquidadas no 2º quadrimestre de 2021, no estado da Bahia, somaram R\$ 2,38 bilhões, no acumulado dos últimos 12 meses. No período, recuaram 15,9% (cerca de R\$ 449 milhões a menos), em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, as Despesas Totais alcançaram quase R\$ 48,24 bilhões no período, crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

**Tabela 2**  
**Despesas Liquidadas por função (R\$ milhões)**  
**Bahia, 2º quadrimestre de 2020 e de 2021 (acumulado em 12 meses)**

Função	2º quadrimestre 2020		2º quadrimestre 2021		Variação %
	Despesas liquidadas	Part. (%)	Despesas liquidadas	Part. (%)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	44.555	<b>100,0%</b>	45.856	<b>100,0%</b>	<b>2,9%</b>
Encargos Especiais	9.666	21,7%	10.472	22,8%	<b>8,3%</b>
Previdência Social	8.276	18,6%	8.621	18,8%	<b>4,2%</b>
Saúde	7.136	16,0%	8.018	17,5%	<b>12,4%</b>
Educação	5.114	11,5%	5.050	11,0%	<b>-1,3%</b>
Segurança Pública	4.356	9,8%	3.967	8,7%	<b>-8,9%</b>
Judiciária	2.186	4,9%	2.031	4,4%	<b>-7,1%</b>
Administração	1.257	2,8%	1.189	2,6%	<b>-5,5%</b>
Essencial à Justiça	1.123	2,5%	1.022	2,2%	<b>-9,0%</b>
Urbanismo	926	2,1%	972	2,1%	<b>4,9%</b>
Legislativa	1.038	2,3%	962	2,1%	<b>-7,3%</b>
Transporte	567	1,3%	721	1,6%	<b>27,0%</b>
Direitos da Cidadania	509	1,1%	547	1,2%	<b>7,6%</b>
Agricultura	445	1,0%	505	1,1%	<b>13,4%</b>
Saneamento	426	1,0%	358	0,8%	<b>-16,0%</b>
Assistência Social	254	0,6%	235	0,5%	<b>-7,6%</b>
Desporto e Lazer	245	0,5%	192	0,4%	<b>-21,5%</b>
Comércio e Serviços	171	0,4%	180	0,4%	<b>5,1%</b>
Comunicações	126	0,3%	180	0,4%	<b>42,9%</b>
Gestão Ambiental	149	0,3%	143	0,3%	<b>-3,8%</b>
Cultura	161	0,4%	128	0,3%	<b>-20,6%</b>
Trabalho	141	0,3%	117	0,3%	<b>-16,8%</b>
Indústria	108	0,2%	106	0,2%	<b>-2,5%</b>
Ciência e Tecnologia	86	0,2%	77	0,2%	<b>-10,7%</b>
Habitação	71	0,2%	53	0,1%	<b>-25,4%</b>
Energia	10	0,0%	8	0,0%	<b>-27,8%</b>
Organização Agrária	7	0,0%	4	0,0%	<b>-45,9%</b>
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>2.832</b>	<b>-</b>	<b>2.383</b>	<b>-</b>	<b>-15,9%</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>47.388</b>	<b>-</b>	<b>48.239</b>	<b>-</b>	<b>1,8%</b>

Fonte: SICONFI. RREO. Anexo 02.

## Receita Corrente Líquida (RCL)

As Receitas Correntes do estado da Bahia, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) disponibilizado pelo SICONFI, somaram R\$ 60,64 bilhões no 2º quadrimestre de 2021, acumulando os últimos 12 meses. Na comparação com o acumulado no mesmo quadrimestre do ano passado, cresceram 18,8% (cerca de R\$ 9,59 bilhões). Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, a variação foi de 9,4%, que corresponde a um aumento de, aproximadamente, R\$ 5,19 bilhões (Tabela 3).

A Receita Tributária, que representa 57,9% das Receitas Correntes do estado, somou R\$ 35,10 bilhões no 2º quadrimestre de 2021. Aumentou em cerca de R\$ 5,54 bilhão na comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior, que corresponde a um acréscimo de 18,7%. Dentre as receitas tributárias, a que tem maior peso é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que registrou aumento de 21,9% e acumulou R\$ 29,41 bilhões no quadrimestre. A



arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aumentou 4,6%, enquanto o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) reduziu 3,3% e o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação (ITCD) reduziu 4,8%. Mas esta última somou apenas R\$ 194 milhões no período.

As Transferências Correntes representaram 30,4% das Receitas Correntes do estado no 2º quadrimestre de 2021, acumulando quase R\$ 18,43 bilhões nos últimos 12 meses. Quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, cresceram 7,9%, que equivale a um acréscimo de R\$ 1,97 bilhões.

Dessa maneira, a Receita Corrente Líquida ajustada (RCL), segundo o relatório publicado no SICONFI, somou R\$ 43,23 bilhões no acumulado em 12 meses até o 2º quadrimestre de 2021. Este montante corresponde a um crescimento de 16,9% em relação ao mesmo quadrimestre de 2020 (R\$ 6,25 bilhões a mais) e de 9,2% (R\$ 3,64 bilhão a mais) em relação ao quadrimestre imediatamente anterior.

**Tabela 3**  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (R\$ milhões)**  
**Bahia, 2º quadrimestre de 2020 a 2º quadrimestre de 2021**

Receitas	2º quadrimestre de 2020	3º quadrimestre de 2020	1º quadrimestre de 2021	2º quadrimestre de 2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>51.051</b>	<b>52.597</b>	<b>55.450</b>	<b>60.644</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.564	30.354	32.167	35.103
ICMS	24.114	24.902	26.555	29.406
IPVA	1.495	1.477	1.550	1.563
ITCD	204	165	175	194
IRRF	2.516	2.549	2.569	2.433
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de melhoria	1.235	1.261	1.319	1.507
CONTRIBUIÇÕES	2.857	3.198	3.409	3.589
RECEITA PATRIMONIAL	533	243	235	287
Rendimentos de Aplicação Financeira	140	102	96	121
Outras Receitas Patrimoniais	393	142	139	166
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,3	0	0	0
RECEITA INDUSTRIAL	0,1	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	183	143	137	148
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.079	17.666	18.541	18.434
Cota-Parte do FPE	8.637	8.685	9.325	10.611
Transferências da LC nº 87/1996	0,0	0	0	0
Transferências da LC nº 61/1989	214	233	259	286
Transferências do FUNDEB	3.158	3.187	3.363	3.895
Outras Transferências Correntes	5.070	5.561	5.594	3.642
Outras Receitas Correntes	834	994	960	3.082
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>13.943</b>	<b>14.719</b>	<b>15.777</b>	<b>17.397</b>
Transferências Constitucionais e Legais	6.600	6.787	7.223	7.931
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.567	1.897	2.101	2.273
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	354	350	310	296
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.422	5.686	6.143	6.898
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>37.108</b>	<b>37.878</b>	<b>39.674</b>	<b>43.247</b>
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (§1º, art. 166-A da CF)	58	49	28	12
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às de Bancada (§16º, art. 166 da CF)	68	56	56	0
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA</b>	<b>36.982</b>	<b>37.773</b>	<b>39.590</b>	<b>43.235</b>

Fonte: SICONFI – Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Anexo 3.

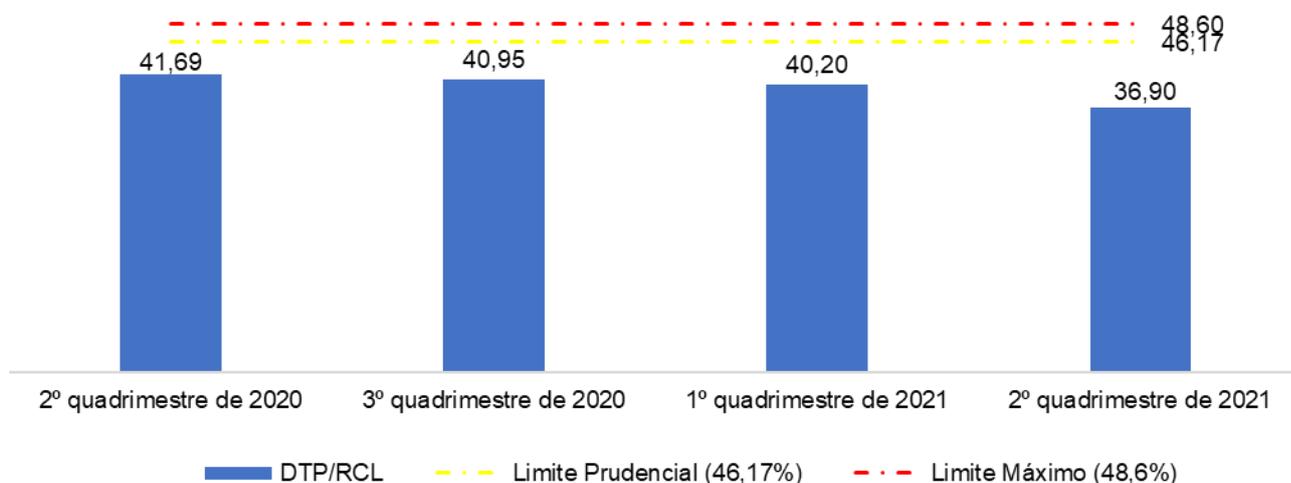
Nota: Na receita total não foi considerada a receita intra-orçamentária. A receita intra-orçamentária não é um novo recurso, pois trata-se de uma transferência interna de recursos – ao se desconsiderar a receita intra-orçamentária, não se contabiliza um mesmo recurso duas vezes.

## Limites fiscais

Na comparação entre a Despesa Total com Pessoal (DTP) e a Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada, é possível analisar os limites fiscais, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal para os estados. O gráfico 2 apresenta a DTP com a RCL do estado da Bahia do 2º quadrimestre de 2020 ao 2º quadrimestre de 2021, destacando o Limite Máximo de comprometimento de 48,60% da RCL (linha laranja) e o Limite Prudencial de comprometimento de 46,17% da RCL (linha cinza). Quando esses limites não são respeitados, os chefes dos poderes sofrem sanções legais como, por exemplo, a proibição de criação de novos cargos e até restrições na obtenção de crédito, entre outras previstas nos artigos 22º e 23º da Lei.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do governo do estado da Bahia (Poder Executivo), publicado no SICONFI, o comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Despesa Total de Pessoal vem caindo continuamente, uma vez que a RCL tem crescido num ritmo maior que a DTP. No 2º quadrimestre de 2021, o comprometimento ficou em 36,90%. Este indicador situou-se 9,27 pontos percentuais abaixo do limite prudencial e 11,70 pontos percentuais abaixo do limite máximo.

**Gráfico 2**  
**Comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Despesa Total com Pessoal e limites da LRF (%) - Bahia, 2º quadrimestre de 2020 a 2º quadrimestre de 2021 (acumulado em 12 meses)**



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal

Considerando-se os limites da LRF e a mesma Receita Corrente Líquida (RCL) acumulada até o 2º quadrimestre de 2021, a Despesa Total com Pessoal (DTP) poderia aumentar em cerca de R\$ 19,96 bilhões até alcançar o limite prudencial, ou 25,1%. Já um aumento de 31,7%, incrementaria a DTP em R\$ 21,01 bilhões, atingindo-se o limite máximo de 48,60% da RCL.